Síntese de Legislação Nacional n.º 1681

Semana de 25 a 29 de maio de 2020

ÍNDICE

Legislação - Coronavírus - COVID-19	**página 1 a 5**
Legislação - Geral	**página 5 a 6**
Resumo dos Flash diários	**página6 a 9**

Legislação

Geral: Coronavírus - COVID-19

Geral: estado de calamidade - prolongamento
Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020
29/05/2020
Prorroga até às 23:59h do dia 14 de junho de 2020 a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
e
Decreto-Lei n.º 24-A/2020
29/05/2020
13ª alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13/03, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19.
Principais aspetos:
- São revogadas as normas relativas ao teletrabalho.
- É clarificado que o elenco dos trabalhadores essenciais das autarquias locais, integra também os trabalhadores da proteção civil.
- Determina-se a obrigatoriedade de uso de máscaras ou viseiras para efeitos do acesso ou permanência no interior das salas de espetáculos, de exibição de filmes cinematográficos ou similares.
- Clarifica-se que a obrigatoriedade apenas é aplicável às pessoas com idade superior a 10 anos. - Prevêem-se situações em que se dispensa a obrigatoriedade de uso de máscara.
- Dispensa-se a necessidade de cumprimento do modelo aprovado na aquisição de barreiras acrílicas.
- Prevê-se que as assembleias gerais de cooperativas e associações com mais de 100 cooperantes ou associados podem ser realizadas até 30 de setembro.
- Prevê-se a calendarização da reabertura dos centros de atividades de tempos livres e das ofertas educativas de pré-escolar, devendo ser observadas as regras de ocupação, permanência, distanciamento físico e de higiene determinadas pela DGS.

- Clarificam-se igualmente as normas sobre situações de desproteção social, suspensão dos prazos para os planos municipais e entrada de resíduos destinados a eliminação.
- São prorrogados os prazos para exercício de direitos do consumidor previstos no artigo 5.º-A do Decreto-Lei n.º 67/2003 cujo término se tenha verificado entre os dias 18/03/2020 e 31/05/2020.
- Revoga-se a suspensão de obrigações relativas ao livro de reclamações em formato físico.
- Determina-se que os operadores licenciados para operações de valorização de resíduos de EPI's podem enviar estes resíduos para eliminação, preferencialmente por incineração ou, se não for possível, para deposição em aterro.

Geral / Imobiliária: arrendamento **não habitacional**: medidas excecionais e temporárias

Lei n.º 17/2020

29/05/2020

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, procedendo à 1ª alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6/04

A principal alteração é de que as medidas de diferimento de rendas, a mora por falta de pagamento, e de proteção contra a cessação do contrato ou outras penalidades aplicáveis ao arrendamento **não habitacional** passam a aplicar-se não apenas durante o período em que vigorou o estado de emergência e de calamidade**, mas também**, **após a sua cessação**, e **até 1 de setembro**, a atividades que, ao abrigo de disposição legal ou medida administrativa aprovada no âmbito da pandemia da doença COVID -19, sejam obrigadas ao encerramento de instalações ou suspensão de atividades.

Data de produção de efeitos: 30/05/2020

Geral: projetos financiados pelo Fundo Social Europeu (FSE)

Portaria n.º 127/2020

26/05/2020

7ª alteração à Portaria n.º 60-A/2015, de 2/03, que aprova o Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, aditando um anexo com medidas excecionais e temporárias na resposta à crise de saúde pública COVID-19 através do Fundo Social Europeu (FSE), já anteriormente divulgadas através da Deliberação n.º 8/2020, de 28/03, da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria — CIC Portugal 2020, nomeadamente:

- aceitando como despesas elegíveis as que resultarem de cancelamentos ou adiamentos;
- mantendo a elegibilidade em operações suspensas;
- podendo alterar custos máximos elegíveis;
- aceitando alterações à duração máxima das operações;
- aceitando como "justa causa" para efeitos de incumprimento de indicadores de realização e resultado, as conexas com a "pandemia".

Data de produção de efeitos: 13/03/2020

Geral: passagem de fronteiras terrestres por curtos períodos de tempo entre Portugal e Espanha

Despacho n.º 5897-A/2020

28/05/2020

Medidas concertadas entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha relativas à autorização excecional de passagem de fronteiras terrestres por curtos períodos de tempo

Data de produção de efeitos: 01/06/2020

Geral: procedimento simplificado de instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência
Despacho n.º 5793-A/2020
26/05/2020
Implementação de um procedimento simplificado de instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência, de forma a mitigar as consequências que resultaram da situação de emergência sanitária, adotando medidas que permitam uma recuperação das pendências e um ganho de eficiência na gestão documental de cidadãos estrangeiros, competência reservada do SEF.
Data de produção de efeitos: 27/05/2020

Agricultura / Florestas: Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF)
Portaria n.º 125-A/2020
25/05/2020
Prorroga, até 30 de dezembro de 2020, o prazo estabelecido no n.º 5 artº 14.º da Portaria n.º 151/2016, de 25/05, que cria o Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF) para permitir aos agricultores beneficiar da prestação de serviços de aconselhamento agrícola e florestal suspenso durante a pandemia do COVID-19.
Data de produção de efeitos: 22/03/2020
Data de cessação de efeitos: 30/12/2020

Indústria dos dispositivos médicos e EPI's:
IVA – Isenção / taxa reduzida aplicável aos bens necessários no combate ao surto de COVID-19
Ofício Circulado N.º 30222
25/05/2020
A AT- Autoridade Aduaneira clarifica as condições para a i) isenção de IVA aplicável aos bens considerados necessários para combater os efeitos do surto de COVID-19, quando adquiridos pelo Estado e outros organismos públicos ou organizações sem fins lucrativos e ainda ii) a aplicação da taxa reduzida de IVA a máscaras de proteção respiratória e gel desinfetante cutâneo, benefícios consagrados na Lei n.º 13/2020, de 7 de maio.
e
Marcação CE dispositivos médicos e EPI's / laboratórios acreditados
Despacho n.º 5900/2020
29/05/2020
Encarrega o IPQ e o IPAC de definir os critérios para a identificação de laboratórios que possam ser reconhecidos para a avaliação da conformidade de equipamentos de proteção individual, dispositivos médicos e máscaras comunitárias ou de uso social fabricados em Portugal, no contexto da atual pandemia e durante a vigência do Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13/04.
Data de produção de efeitos: 03/06/2020

Transporte Aéreo: lotação máxima - revogação
Portaria n.º 125/2020
25/05/2020
Revoga a Portaria n.º 106/2020, de 2/05, que estabelece para o transporte aéreo um limite máximo de passageiros, com lotação de passageiros reduzida para dois terços da lotação.

Justiça: prazos judiciais **/** penas e das medidas de graça

Lei n.º 16/2020

29/05/2020

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à 4ª alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19/03, à 1º alteração à Lei n.º 9/2020, de 10/04, e à 12ª alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13/03, republicando-o.

Principais alterações:

1 - Estabelece um regime processual transitório e excecional para as diligências, audiências de discussão e julgamento e demais diligências que requeiram a presença física das partes, dos seus mandatários ou de outros intervenientes processuais a realizar no âmbito dos processos e procedimentos que corram termos nos tribunais e demais órgãos jurisdicionais.

2 - A declaração emitida por autoridade de saúde a favor de sujeito processual, parte, seus representantes ou mandatários passa a constituir fundamento para a alegação do justo impedimento à prática de atos processuais e procedimentais que podem ser praticados remotamente.

3 - Estabelece um regime especial de vencimento dos prazos administrativos durante a vigência do regime de suspensão.

4 - Estabelece ainda um regime especial de prazos de prescrição e caducidade

Data de produção de efeitos: 03/06/2020

Administração Pública: publicidade institucional do Estado

Declaração de Retificação n.º 22/2020

28/05/2020

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 38-B/2020, de 19/05, que estabelece uma medida excecional e temporária de aquisição de espaço para a difusão de ações de publicidade institucional do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Educação / Formação: suspensão de ações de formação – IEFP e Centros protocolados

Despacho n.º 5897-B/2020

28/05/2020

Alarga o âmbito de aplicação do Despacho n.º 3485-C/2020, de 17/03 (*medidas no âmbito da suspensão de ações de formação ou atividades previstas nos projetos enquadrados nas medidas ativas de emprego e reabilitação profissional*), e Despacho nº 4395/2020, de 8/04 (*regras complementares daquele*) aos destinatários das atividades previstas nos projetos enquadrados nas medidas ativas de emprego e reabilitação profissional, que se encontrem enquadrados nas entidades beneficiárias das medidas de apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial e do plano extraordinário de formação, previstas nos artºs 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26/03.

Data de produção de efeitos: 13/03/2020

Saúde - estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde: isenção de taxa de registo e de contribuição regulatória

Portaria n.º 126/2020

26/05/2020

Determina a isenção de taxa de registo e de contribuição regulatória (*previstas nos artºs 1.º e 2.º da Portaria n.º 150/2015*) para quaisquer estruturas de natureza extraordinária e

temporariamente criadas para a prestação de cuidados de saúde, ou temporariamente dedicadas à prestação de cuidados de saúde, no âmbito da resposta à epidemia por SARS-CoV-2 e à doença COVID-19
Data de produção de efeitos: 02/02/2020

Atividades de espetáculos: espetáculos não realizados
Lei n.º 19/2020
29/05/2020
Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, procedendo à 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26/03.
Principais alterações:
1 - Alteram-se as regras de reagendamento ou cancelamento de espetáculos
2- Embora se reitere a proibição da realização de realização ao vivo em recintos cobertos ou ao ar livre de festivais e espetáculos de natureza análoga declarados como tais no ato de comunicação feito nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2019, permite-se que estes espetáculos possam excecionalmente ter lugar, em recinto coberto ou ao ar livre, com lugar marcado, após comunicação à DGS, desde que seja respeitada a lotação definida pela DGS em função das regras de distanciamento físico que sejam adequadas face à evolução da pandemia da doença COVID-19.
3 - Estabelece-se ainda que o Governo pode antecipar o fim da proibição ou prorrogar a proibição, assegurando, com uma periodicidade não superior a 30 dias, o anúncio do calendário do levantamento ou não das restrições à realização de espetáculos ao vivo.
Data de produção de efeitos: 30/05/2020

Atividades de Suporte / Gestão de praias: protocolo sanitário para as praias e piscinas
Decreto-Lei n.º 24/2020
25/05/2020
Regula o acesso, a ocupação e a utilização das praias de banhos, no contexto da pandemia da doença COVID-19, para a época balnear de 2020 (*A APA - Agencia Portuguesa para o Ambiente já tinha divulgado as regras para a frequência de praias durante a época balnear de 2020 em regime excecional no contexto COVID-19, que pode consultar aqui*)
Data de produção de efeitos: 26/05/2020

Legislação – Geral (sem relação c/ corona vírus)

Geral: Orçamento do Estado 2020
Declaração de Retificação n.º 23/2020
29/05/2020
Retifica a Lei n.º 2/2020, de 31 de março, «Orçamento do Estado para 2020»

Geral: incentivos ao emprego e empreendedorismo - +CO3SO Emprego
Portaria n.º 128/2020
26/05/2020

1ª alteração à Portaria n.º 52/2020, de 28/02 que aprova o Regulamento do Sistema de Apoios ao Emprego e ao Empreendedorismo - +CO3SO Emprego, a fim de reforçar a atratividade destes apoios, nomeadamente os limites máximos das despesas elegíveis previstos no artigo 13.º.
Data de produção de efeitos: 01/03/2020

Indústria Química / Farmacêutica: Precursores de drogas, estupefacientes e substâncias psicotrópicas
Lei n.º 15/2020
29/05/2020
24ª alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/02, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando-lhes novas substâncias, em transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369, republicando as tabelas I-A, II-A e V anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93.
Data de produção de efeitos: 30/05/2020

Setor Energético:
Contrato de adesão à rede de mobilidade elétrica (RME)
Diretiva n.º 8/2020 ERSE
28/05/2020
Aprova as condições gerais do contrato de adesão à rede de mobilidade elétrica pelos comercializadores de eletricidade para a mobilidade elétrica (CEME), operadores de pontos de carregamento (OPC) ou detentores de ponto de carregamento de acesso privativo (DPC) e ainda a metodologia de cálculo das garantias a prestar junto da Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica, nos termos do artigo 17.º do Regulamento da Mobilidade Elétrica, aprovado pelo Regulamento n.º 854/2019, de 4/11.
Data de produção de efeitos: 02/06/2020

e

Tarifas do Setor Elétrico
Regulamento n.º 496/2020 ERSE
26/05/2020
Aprova o aditamento ao Regulamento Tarifário do Setor Elétrico publicado no Regulamento n.º 619/2017 (ERSE), de 18/12, com vista a estabelecer o prolongamento do período regulatório de 2018 -2020 em um ano, até 2021.

e

MIBEL - mercado intradiário contínuo / gestão da interligação Portugal-Espanha
Diretiva n.º 9/2020 ERSE
29/05/2020
Aprova a alteração do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema do setor elétrico da Diretiva n.º 10/2018 (ERSE), de 10/07, no âmbito da participação do operador da rede de transporte nas plataformas transeuropeias TERRE e IGCC.
Data de produção de efeitos: 30/05/2020

Resumo dos Flash diários

FLASH Nº 33

DGS - utilização de equipamentos culturais
A Direção-Geral da Saúde publicou a Orientação nº 028/2020 , de 28/08, que descreve os pontos importantes na prevenção da transmissão da COVID19 em equipamentos culturais, assim como os procedimentos a adotar perante um caso suspeito de COVID-19.

Segurança Social – Apoios Extraordinários dos Trabalhadores Independentes e Membros dos Orgãos Estatutários
O Formulário online para o pedido dos Apoios Extraordinários dos Trabalhadores Independentes e Membros dos Orgãos Estatutários estará disponível a partir do dia 30 de maio, através da Segurança Social Direta.

PT2020| Candidaturas ADAPTAR PME – suspensão PO NORTE
A Autoridade de Gestão do Programa NORTE 2020, publicou um aviso em que determina a suspensão da receção de candidaturas a partir das 19h do dia 29 de maio de 2020.

CMVM incorpora orientações da EBA em matéria de prevenção branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BCFT) nas práticas de supervisão
A CMVM informa através de comunicado hoje divulgado ai incorporar nas suas práticas de supervisão as guidelines da Autoridade Bancária Europeia (EBA) relativas à cooperação e troca de informações, no âmbito da prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BCFT).

Plano de Recuperação Europeu
Comissão Europeia apresentou, a 27 de maio de 2020, as suas propostas para um Plano de Recuperação decisivo e para a criação de um novo instrumento para a recuperação (designado *Next Generation EU*), com **750 mil milhões de euros**, que apoiará o plano. A Comissão apresentou igualmente o seu programa de trabalho adaptado para 2020, que dá prioridade às ações necessárias para impulsionar a recuperação da Europa.

FLASH Nº 32

Orientações e Recomendações para a gestão de resíduos em situação de pandemia por COVID-19
Encontra-se disponível a nova versão que procede à atualização, esclarecimento e densificação de algumas das orientações e recomendações já emanadas, estendendo-as aos cuidados a ter para a deposição correta dos resíduos produzidos em empresas e outros locais de trabalho.

DGS - Testes Laboratoriais para SARS-CoV-2; Testes Rápidos
A Direção-Geral da Saúde publicou a Circular Informativa Conjunta DGS/INFARMED/INSA nº 003/CD/100.20.200 de 27/05/2020, sobre os testes disponíveis no mercado, no sentido de clarificar a sua

indicação e utilização clínicas, tendo por base o conhecimento científico atual e as normas técnicas de instituições de referência europeias.

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica -Operação "RETROVÍRUS"
A ASAE tem vindo a realizar, no âmbito da operaçao "Retrovirus" ações de fiscalização em estabelecimentos físicos e através da internet, no âmbito da verificação dos requisitos de conformidade dos equipamentos de proteção individual (EPI), designadamente máscaras de proteção, na verificação do cumprimento das especificações técnicas das máscaras comunitárias ou de uso social e ainda verificação dos requisitos de conformidade dos produtos biocidas (álcool, álcool-gel e desinfetantes), produtos estes necessários na prevenção e proteção da pandemia Covid-19.

APA - Capacidade das praias em contexto COVID-19
Participe na consulta informal

FLASH Nº 31

DGS - Visitas nos Serviços prisionais e tutelares educativos
A Direção-Geral da Saúde publicou a Informação nº 012/2020, de 26/05, sobre os procedimentos a adotar nas visitas nos serviços prisionais e tutelares educativos em contexto de pandemia.

ASAE - FAQs - COVID-19 – Atualização Maio
A ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica disponibiliza o documento com as FAQ's - COVID-19 atualizadas à data.

FLASH Nº 30

Programa ADAPTAR - MICRO empresas - Suspensão de Candidaturas - 25 de maio de 2020
A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), publicou um aviso de suspensão da receção de candidaturas nos termos do n.º 7 artº 11.º do Decreto-Lei n.º 20-G/2020, de 14/05, constatando-se, face ao número de candidaturas já submetidas e ao valor de investimento a elas associado, ser previsível utilizar-se a totalidade da dotação prevista no ponto 11 do presente Aviso de concurso.

PT2020 | FAQ/Perguntas Frequentes no âmbito do COVID-19
A Rede de Sistemas de Incentivos do Portugal 2020 divulgou um Documento - FAQ's baseadas no conjunto de questões que têm sido colocadas no suporte do Balcão 2020, relativamente à implementação das medidas constantes da OT nº 1/2020 – Medidas relativas à situação epidemiológica do novo Corona-vírus – COVID 19 relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19.

IVA – Isenção / taxa reduzida aplicável aos bens necessários no combate ao surto de COVID-19, quando adquiridos pelo Estado, outros Organismos Públicos ou por Organizações sem fins lucrativos.
A AT- Autoridade Aduaneira publicou o Ofício Circulado N.º 30222, de 25/05, em que clarifica as condições para a i) isenção de IVA aplicável aos bens considerados necessários para combater os efeitos do surto de COVID-19, quando adquiridos pelo Estado e outros organismos públicos ou organizações sem

fins lucrativos e ainda ii) a aplicação da taxa reduzida de IVA a máscaras de proteção respiratória e gel desinfetante cutâneo, benefícios consagrados na Lei n.º 13/2020, de 7 de maio.

FLASH Nº 29

AMT – fiscalização do cumprimento Selo de Estabelecimento Saudável & Seguro [Clean & Safe]
A AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes tornou público, através de informação escrita, que vai fiscalizar o cumprimento dos protocolos de higiene e segurança das empresas de "***rent-a-car***" com o selo "***Clean & Safe***" – COVID-19.